



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO

Processo nº: **1003837-70.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Elza de Oliveira Machado Matioli- acompanhado(a) pelo(a) Advogado(a) Dr(a). João Paulo Lopes Ribeiro – OABSP 269.891**
 Requerido: **Jose Carlos Gomes, Sueli Donizete Martins Gomes e Silvio Martins, acompanhados pela Dra Veridiana Trevizan Pera – OABSP 335.215**

Aos 22 de agosto de 2018, às 17:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) **MM Juiz**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de tentativa de conciliação, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes, bem como de seu(s) advogado(s) e representantes, acima identificados.

Proposta a conciliação esta foi aceita pelas partes nos seguintes termos. Os requeridos pagarão ao requerente, por conta de todo o débito, a importância de **R\$5.160,00** em **14 parcelas**. A primeira no valor de **R\$1.000,00** está sendo paga neste ato em dinheiro; o saldo remanescente no importe de **R\$4.160,00** em **13 parcelas**, iguais, fixas e consecutivas nos valores de **R\$320,00** cada uma, vencendo a 1ª relativo a este montante (R\$4160,00) no dia **15/09/18** e as demais na mesma data dos meses subsequentes. Os pagamentos serão efetuados diretamente na conta corrente do autor, **Banco Santander S/A - agência 0024 - c/c 01-030025-5**, e o(s) comprovante(s) de depósito servir(ão) como recibo. O não pagamento de uma das parcelas, implicará no vencimento antecipado das demais além de multa de **10%** sobre o saldo remanescente da dívida. *As partes pedem a desistência do prazo recursal, o que é homologado pelo MM Juiz.* Pelo MM. Juiz Dr. **Silvio Moura Sales** foi dito: *"Vistos. Homologo, para que tenha eficácia de título judicial, o acordo a que chegaram as partes. Há resolução do mérito nos termos do art. 487, III 'b' do C.P.C. Decorridos 5 (cinco) dias corridos do prazo previsto para o pagamento da última parcela, sem qualquer manifestação em sentido contrário ao pactuado, façam-se as anotações de estilo, providenciando-se a baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais, presumindo-se cumprida a obrigação (Seção V, item 14.2.1 do Prov. 806/03). Publicada nesta audiência, REGISTRE-SE". Saem os presentes intimados e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pelas partes, não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS.* Eu, Antonio Carlos Polveiro, Chefe de Seção Judiciário, digitei.

MM Juiz:

Requerente: Adv.

Requerido José Carlos : Adv.

Requerida Sueli:

Requerido Silvio:

DOCUMENTO TAMBÉM ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA